

O mercado de trabalho gaúcho: exercícios de regionalização com base nos últimos Censos Demográficos*

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**

Mariana Lisboa Pessoa***

Sheila Sara W. Sternberg****

Doutor em Sociologia, Pesquisador da
Fundação de Economia e Estatística (FEE)
Geógrafa, Especialista em Direito Urbano e Ambiental,
Pesquisadora da FEE
Engenheira Química, Pesquisadora da FEE

Resumo

O artigo sistematiza indicadores dos Censos Demográficos de 2010, de 2000 e, acessoriamente, de 1991, para traçar um quadro comparativo do mercado de trabalho nas sete mesorregiões em que o IBGE subdivide o território gaúcho. Apresenta, ainda, os resultados de um exercício em que os dados de 2010 sobre a ocupação no Estado são agregados por grupos de municípios segundo sua distância em relação a municípios-polo. Verificam-se elevados graus de diversidade estrutural entre as regiões, com uma clara desvantagem da porção oeste do território estadual; ao mesmo tempo, identifica-se um considerável grau de convergência nas transformações ocorridas na última década, que trouxeram resultados favoráveis ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: mesorregiões; municípios-polo; mercado de trabalho.

Abstract

The article explores data from the Censuses 2010, 2000 and, secondarily, 1991, to draw a comparative picture of the labor market in the seven mesoregions in which IBGE subdivides the territory of Rio Grande do Sul State, Brazil. It also presents the results of an exercise in which the 2010 indicators on occupation in the state are aggregated by groups of municipalities according to their distance from the hub cities. High degrees of structural diversity between regions emerge, with a clear disadvantage of the western portion of the state territory; at the same time, the results disclose a considerable degree of convergence on changes in the last decade which brought favorable results to the labor market.

Key words: mesoregions; hub cities; labor market.

* Artigo recebido em 20 nov. 2013.
Revisora de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

** E-mail: sobrinho@fee.tche.br

*** E-mail: mariana@fee.tche.br

**** E-mail: sheila@fee.tche.br

Os autores agradecem aos colegas Tomás Pinheiro Fiori e Gisele da Silva Ferreira a orientação e o auxílio em alguns procedimentos metodológicos utilizados neste artigo e aos pareceristas anônimos as proveitosas sugestões.

1 Apresentação

Este artigo inscreve-se em uma linha de investigações que já conta com alguma tradição na Fundação de Economia e Estatística (FEE), a qual busca analisar a forma como a estruturação do mercado de trabalho gaúcho, bem como as transformações por que ele vem passando nas últimas décadas, se manifesta territorialmente, de um ponto de vista intraestadual. Interessa identificar em que medida os movimentos que se processam nessa dimensão tão central da realidade socioeconômica, que é a do trabalho — geralmente abordados a partir de uma perspectiva espacial que se limita ao agregado do Rio Grande do Sul e/ou à região metropolitana da sua capital —, revertem ou aprofundam desigualdades regionais pretéritas, ou, ainda, consagram novas heterogeneidades.

O tratamento conferido a essa problemática, no presente artigo, é circunscrito e exploratório. Objetiva-se, na perspectiva de “aproximações sucessivas”, dar continuidade a um exercício analítico iniciado em trabalho anterior (Pessoa; Xavier Sobrinho, 2012). Naquele momento, optou-se por tomar uma das regionalizações consagradas do território gaúcho — os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) —, para, a partir da agregação de informações municipais dos Censos Demográficos, avançar em uma leitura espacializada do mercado de trabalho do Estado e de sua dinâmica recente; paralelamente, fez-se, ali, um exercício de cotejar o desempenho de alguns dos mesmos indicadores com base já não em regiões fisicamente recortadas, mas na estratificação dos municípios gaúchos conforme o tamanho populacional, obtendo-se resultados bastante sugestivos.

Neste artigo, retoma-se esse esforço de testar diferentes possibilidades de regionalização do Rio Grande do Sul, bem como de explorar tratamentos nos quais a abordagem da dimensão espacial não se restrinja ao estabelecimento de recortes contínuos e mutuamente excludentes do território físico. Adota-se, aqui, a subdivisão do Rio Grande do Sul em mesorregiões, conforme a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para caracterizar, com base nos Censos Demográficos do mesmo instituto, as especificidades estruturais e dinâmicas dos mercados regionais de trabalho. Enfatiza-se o último intervalo intercensitário, entre 2000 e 2010, reservando-se ao Censo de 1991 apenas algumas remissões mais restritas, tendo em vista as extensas mudanças metodológicas e conceituais implantadas, após aquela edição, nesse levantamento estatístico, especialmente

nas variáveis atinentes ao trabalho (Dedecca; Rosandiskr, 2003).

Em um segundo passo, experimenta-se, preliminarmente, outra forma de cercar a problemática espacial: uma estratificação dos municípios a partir de sua localização geográfica, levando-se em consideração intervalos de distância de cada um em relação aos municípios-polo do Estado. Neste caso, a análise restringe-se ao Censo de 2010.

2 As mesorregiões geográficas do IBGE

As mesorregiões geográficas foram instituídas pela Resolução da Presidência do IBGE nº 11, de 5 de junho de 1990 (Lima, 2002), com finalidade basicamente estatística, não se constituindo, portanto, em uma entidade política ou administrativa. Trata-se de uma subdivisão dos Estados brasileiros que abriga municípios contíguos pertencentes a uma mesma unidade da Federação, com semelhanças econômicas e sociais.

De acordo com a divisão definida pelo IBGE, o Rio Grande do Sul possui sete mesorregiões: Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense. Essas mesorregiões, além de diferirem significativamente no número de municípios que as compõem, abrigam contingentes populacionais distintos e apresentam estruturas econômicas diversas.

É bastante acentuada a disparidade entre as mesorregiões gaúchas no que diz respeito à sua participação na distribuição da população, conforme os dados do Censo de 2010, e do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, calculado pela FEE (Mapa 1). A mesorregião com o menor contingente demográfico é a Centro Ocidental, que abriga pouco mais de 5% da população gaúcha, enquanto a mais populosa é a Metropolitana de Porto Alegre, com cerca de 45%. Semelhante dispersão pode ser verificada quando se considera o PIB, em que as participações das mesorregiões variam de pouco menos de 4% na Centro Ocidental até quase 50% na Metropolitana.

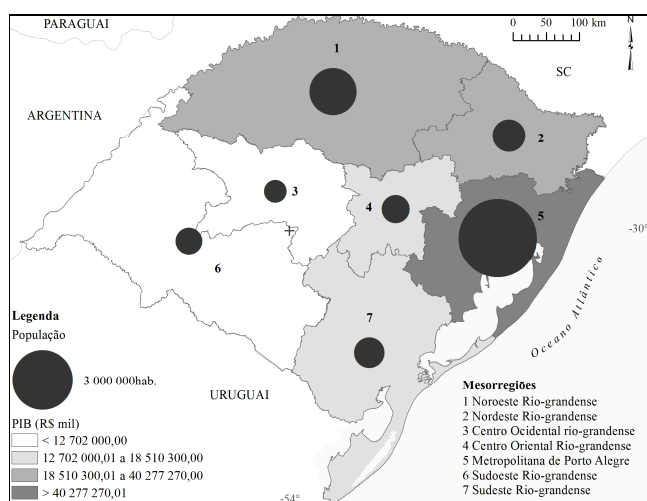
Além de ser a mais populosa do Rio Grande do Sul, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que é formada por 98 municípios, detém, também, a maior população urbana do Estado. Com um total de 4,7 milhões de habitantes, dos quais 94% se encontram

em área urbana, ela abrigava, em 2010, 44,3% da população total do Rio Grande do Sul e pouco menos de 50% da população urbana estadual. O Valor Adicionado Bruto (VAB) metropolitano, nesse mesmo ano, reflete essa condição mais urbana da região, acusando forte presença da indústria (31,4%) e do setor serviços (66,5%), restando diminuta participação ao VAB agropecuário. O VAB dessa região era também o mais expressivo no contexto estadual, em termos tanto globais como nos seus dois principais setores. A região respondia por 47,9% do VAB total do Estado e por pouco mais da metade daqueles dos setores da indústria e de serviços.

A segunda mesorregião mais importante, em termos tanto populacionais como por sua participação no VAB estadual, é a Noroeste Rio-Grandense, que é composta por 216 municípios e detinha, em 2010, cerca de 18% da população e de 17% do VAB do Estado. A região destaca-se pela elevada presença da população rural — o maior contingente dentre as mesorregiões, respondendo por 35% desse segmento da população no Estado — e também por seu peso no VAB agropecuário gaúcho, em que ostentava 37% de participação, ocupando a liderança entre as mesorregiões. Ainda assim, na composição do VAB interno a essa região, a agropecuária era o setor de menor expressão, detendo participação levemente inferior à da indústria e cerca de uma terça parte da do setor serviços.

Mapa 1

População e Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões do Rio Grande do Sul — 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2013b).
FEE (2013).

A mesorregião Nordeste Rio-Grandense, com 54 municípios, abrangia, em 2010, 10% da população estadual e tinha, assim como a Metropolitana, características predominantemente urbanas. Cerca de 86% de seus habitantes estavam em zona urbana, e, em termos econômicos, destacavam-se os setores indústria (com 40% do VAB regional) e serviços (com 52%). Essa região era responsável por 17% do VAB industrial do Rio Grande do Sul, participação que só era superada pela mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

A Sudeste Rio-Grandense, com 25 municípios, detinha 8,5% da população estadual e respondia por, aproximadamente, 7% do VAB do Rio Grande do Sul, destacando-se o setor serviços, com 64% de participação na região, e a agropecuária, que representava 9% da congênera estadual.

Contando com 54 municípios, a mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense abrigava 7% da população estadual, com uma proporção relativamente elevada de população rural (30%), que correspondia a 15% desse segmento populacional no Estado. O VAB agropecuário tinha participação no congênera estadual maior do que a dos demais setores (10,8%), apesar de ser pouco expressivo na região, com participação (12,6%) bem inferior à do setor serviços e à da indústria.

Com apenas 19 municípios, a Sudoeste Rio-Grandense detinha, em 2010, cerca de 7% da população e 5% do VAB do Rio Grande do Sul. O setor serviços era o mais expressivo no VAB da região, seguido pela agropecuária, que tinha peso superior ao da indústria. Em relação à participação da região no VAB estadual, apenas a agropecuária tinha algum destaque, com participação de 13,4%.

A mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, com 31 municípios, abrigava 5% da população estadual e respondia por pouco menos de 4% do VAB gaúcho, em 2010. Também nesta região, o setor serviços era o de maior expressão no VAB, com participação muito superior à da indústria e à da agropecuária. Esta última, que representava cerca de 7% do congênera estadual, era o setor que atingia maior participação no âmbito estadual.

Ao fim desta breve seção, ressaltam-se dois rápidos comentários a respeito da distribuição da população e do VAB do Rio Grande do Sul. Em 2010, 85% da população estadual residia em área urbana. Em relação à distribuição do VAB, no mesmo ano, observa-se, assim como na totalidade das regiões, predomínio do setor serviços (62%), seguido pela indústria (29%) e pela agropecuária (9%). Quanto a este último setor, apenas nas mesorregiões Metropolitana e Nordeste

ele era menos expressivo do que no agregado estadual. A participação que a indústria desfrutava no conjunto do Estado só era superada nas mesorregiões Metropolitana, Nordeste e Centro Oriental. Quanto aos serviços, apenas nas mesorregiões Centro Ocidental, Metropolitana e Sudeste o setor atingia um peso relativo superior ao registrado no agregado estadual.

3 Evolução do mercado de trabalho nas mesorregiões

Os mercados de trabalho que se recortam a partir da regionalização oficial aqui adotada carregam significativas diferenças estruturais e dinâmicas, embora algumas tendências de transformação, especialmente no último intervalo intercensitário, se mostrem bastante generalizadas.

Um primeiro olhar, demográfico, permite apreender a magnitude da heterogeneidade. Entre 1991 e 2000, mesmo que todas as mesorregiões tenham tido variações positivas de sua população, o crescimento oscilou do quase nulo 0,8%, registrado na região Noroeste, aos mais de 17%, observados nas mesorregiões Nordeste e Metropolitana. Já na década seguinte, configurou-se perda populacional absoluta em duas regiões do oeste gaúcho (-3,2% na mesorregião Sudoeste e -0,7% na Noroeste), enquanto o maior crescimento ocorreu, novamente, nas mesmas duas regiões destacadas no período anterior, embora, desta vez, o desempenho da Nordeste (que atinge 14,2% de crescimento) tenha se distanciado bastante da segunda colocada, a Metropolitana, que se limitou a 7,7% (Tabela 1).

Tabela 1

População total e variações populacionais, nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul — 1991, 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Noroeste	1.943.182	1.959.688	1.946.510	0,8	-0,7	0,2
Nordeste	784.798	923.118	1.054.203	17,6	14,2	34,3
Centro Ocidental	479.797	526.558	536.938	9,7	2,0	11,9
Centro Oriental ...	664.322	732.957	778.841	10,3	6,3	17,2
Metropolitana	3.757.500	4.403.454	4.742.302	17,2	7,7	26,2
Sudoeste	694.571	747.115	723.005	7,6	-3,2	4,1
Sudeste	814.290	894.908	912.130	9,9	1,9	12,0
RS	9.138.459	10.187.798	10.693.929	11,5	5,0	17,0

FONTE: IBGE (1991, 2013a, 2013b).

A evolução da População em Idade Ativa (PIA), no entanto, teve um claro descompasso frente à da população total, o que expressa a acentuada alteração

da pirâmide etária no Estado e em suas regiões. Entre 2000 e 2010, o crescimento da PIA gaúcha (10,5%) foi o dobro da variação demográfica total (5,0%), diferencial que, em maior ou menor magnitude, se encontra em todas as mesorregiões do Estado. Quando se toma o contingente em idade ativa, nenhuma região teve contração na última década. Os menores crescimentos relativos da PIA, aqui como no caso da população total, verificaram-se nas regiões do Oeste — a Sudoeste, com 2,1%; a Noroeste, com 5,1% —, e, com o mais elevado percentual, reencontra-se a Nordeste, neste caso com 19,8%, vale dizer, uma expansão da PIA regional mais de 5 pontos percentuais superior à de sua população total.

Em seis das sete mesorregiões, entre 2000 e 2010, aumentou o engajamento da PIA na atividade econômica, o que se expressa em elevação da chamada taxa de participação (Tabela 2). No agregado do Estado, ela passou de 61,2% para 62,4% no período. Apenas na mesorregião Sudoeste — justamente a que teve mais intensa retração de sua população total no decênio —, a taxa de participação apresentou recuo entre os dois últimos Censos, sendo a região em que o indicador apresentava seu menor valor em 2010, limitando-se a 55,2%. Em situação inversa, destaca-se a mesorregião Nordeste, que ostentou a maior expansão demográfica e também o crescimento relativo mais intenso da taxa de participação (uma variação de 4,7% nesse indicador). No último Censo, ela detinha a mais alta taxa de participação do Estado, 68,1%, quase 6 pontos percentuais acima da verificada no Rio Grande do Sul em seu conjunto. Essa dianteira foi “tomada”, em 2010, da mesorregião Centro Oriental, que, nos dois recenseamentos anteriores, tinha a mais alta taxa de participação e que ficou em segunda colocação neste último Censo, invertendo a posição com a região Nordeste.

Tabela 2

Taxa de participação da População Economicamente Ativa na População em Idade Ativa, nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2000	2010	Variação 2000-10
Noroeste	64,0	64,8	1,3
Nordeste	65,0	68,1	4,7
Centro Ocidental	56,5	58,4	3,4
Centro Oriental	65,5	67,4	2,9
Metropolitana	61,0	62,0	1,6
Sudoeste	55,7	55,2	-0,9
Sudeste	55,5	56,3	1,4
RS	61,2	62,4	2,0

FONTE: IBGE (2013a, 2013b).

Na última década, a queda da desocupação foi drástica e generalizada em todos os espaços regionais considerados (Tabela 3). No Estado, a taxa de desocupação passou de 12,2% em 2000 para 4,9% em 2010, marcando um recuo de quase 60%. Essa tendência foi bastante homogênea nas sete mesorregiões: a taxa que menos variou teve queda de 54% (Sudeste); a que mais retrocedeu baixou 64,1% (Nordeste). Essa convergência no movimento, entretanto, incide sobre realidades contrastivas: o fenômeno da desocupação possui significações e magnitudes muito diferenciadas territorialmente. Em 2010, a taxa situava-se em menos de 3,5% em três das sete mesorregiões (Centro Oriental, Nordeste e Noroeste), mas chegava a mais do dobro disso na região Sudoeste (7,5%) ou pouco menos na Sudeste (6,9%). Cabe observar que os espaços em que o desemprego tinha menor expressão, em 2010, incluíam as regiões com mais alta participação da agropecuária no mercado de trabalho (mesorregiões Centro Oriental e Noroeste), bem como aquela em que a indústria atingia seu maior peso no mercado de trabalho (a Nordeste), o que evidencia a multiplicidade de nexos que essa taxa pode adquirir em cada contexto socioeconômico, seja em função da intensidade ou dos fundamentos do dinamismo produtivo, seja em função do patamar de estruturação dos mercados regionais de trabalho.

Tabela 3

Taxa de desocupação nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2000	2010
Noroeste	9,2	3,4
Nordeste	9,1	3,3
Centro Ocidental	11,7	5,2
Centro Oriental	7,9	3,2
Metropolitana	14,0	5,6
Sudoeste	16,5	7,5
Sudeste	14,9	6,9
RS	12,2	4,9

FONTE: IBGE (2013a, 2013b).

A ocupação no Rio Grande do Sul mostrou uma expansão de 22% entre os Censos de 2000 e 2010, tendo crescido bem mais do que a PIA (10,5%) e do que a População Economicamente Ativa (PEA) — 12,7% — e se traduzido em praticamente um milhão (999,3 mil) de postos de trabalho adicionais. Esse significativo contingente acrescido ao mercado de trabalho gaúcho distribuiu-se de forma bastante desigual entre as mesorregiões (Tabela 4), refletindo, em parte, as diferenças de porte entre elas, já destacadas anteriormente. Em 2010, a mesorregião Metropolitana con-

centrava 43,5% dos ocupados do Estado — assinalando um segundo avanço de sua participação, que, em 2000, era de 42,0% e, em 1991, de 40,5%. Entre os dois últimos Censos, a região respondeu por mais da metade (50,4%) dos postos acrescidos à ocupação total do Estado, tendo o contingente dessa mesorregião se expandido em 26,4%. A segunda região em peso relativo na estrutura do mercado de trabalho gaúcho, a Noroeste, por sua vez, registrou perdas de participação na sequência de levantamentos: dos 21,9% que detinha em 1991, recuou para 20,8% em 2000 e para 19,3% em 2010. Mesmo com tendências opostas no que diz respeito à sua representatividade no mercado de trabalho gaúcho, essas duas mesorregiões chegaram a 2010 concentrando, conjuntamente, 62,9% do total dos postos de trabalho do Estado, o que recoloca em evidência a desproporção demográfica que essa regionalização consagra.

Ainda no que diz respeito à ocupação, o principal ganho de participação, entre os dois últimos Censos, foi o da região Nordeste, que ostentou a mais significativa variação no seu contingente (33,5%), respondendo por 15,3% dos postos gerados no Rio Grande do Sul, e teve seu peso relativo elevado de 10,1% para 11,0% — cabendo registrar que, em 1991, ele era de 9,4%. Além dessa, apenas a mesorregião Metropolitana avançou em participação no último intervalo censitário. Todas as demais viram a ocupação crescer em percentual inferior ao do agregado estadual. Os desempenhos mais pálidos foram os das regiões Noroeste e Sudoeste — ainda assim nada desprezíveis (13,2% e 12,1%), sobretudo quando se consideram suas variações populacionais próximas a zero, no período.

Tabela 4

Participação das mesorregiões no total de ocupados do Rio Grande do Sul — 1991, 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	1991	2000	2010
Noroeste	21,9	20,8	19,3
Nordeste	9,4	10,1	11,0
Centro Ocidental	4,8	4,8	4,7
Centro Oriental	8,4	8,2	8,1
Metropolitana	40,5	42,0	43,5
Sudoeste	6,6	6,2	5,7
Sudeste	8,4	7,8	7,6

FONTE: IBGE (1991, 2013a, 2013b).

Analisando, agora, dois aspectos selecionados que apontam para dimensões qualitativas da ocupação, ressalta-se, primeiramente, a retomada de fôlego, na última década, do avanço dos vínculos de trabalho

assalariado como proporção do universo de ocupados. No agregado do Rio Grande do Sul, essa relação encontrava-se em 60,9%, no Censo de 1991 (Tabela 5). Tendo-se presentes as diferenças metodológicas entre os levantamentos, constata-se que, em 2000, essa parcela havia subido pouco, para 61,7%, em conformidade com o baixo dinamismo do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 (Xavier Sobrinho *et al.*, 2000). Já em 2010, essa “taxa de assalariamento”, por assim dizer, encontrava-se significativamente mais elevada, alcançando 66,8%.

Tabela 5

Participação dos assalariados no total de ocupados das mesorregiões e do Rio Grande do Sul — 1991, 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	1991	2000	2010
Noroeste	44,0	47,0	56,1
Nordeste	75,0	64,0	69,9
Centro Ocidental	66,1	58,6	62,9
Centro Oriental	54,2	52,5	59,2
Metropolitana	65,7	70,5	73,5
Sudoeste	67,4	66,9	67,3
Sudeste	64,4	58,3	61,7
RS	60,9	61,7	66,8

FONTE: IBGE (1991, 2013a, 2013b).

As diferenças regionais são marcantes quando se trata desse indicador. Entre 1991 e 2000, houve movimentos de sinal divergente entre as mesorregiões: a maior parte delas (quatro das sete) mostrou recuo no percentual de empregados sobre o total de ocupados. Se o indicador estadualizado tem elevação, é porque, entre as que tiveram expansão, se encontram as mesorregiões mais populosas, a Noroeste e a Metropolitana. Nesta última, o assalariamento avançou quase 5 pontos percentuais na década de 90, passando de 65,7% dos ocupados para 70,5%. Quanto à primeira, essa expansão dos vínculos de emprego incidiu sobre um patamar bem inferior: nos três Censos, essa é a mesorregião com menor taxa de assalariamento e, ainda em 2000, mesmo após o avanço por que passou, era a única em que o emprego representava menos da metade da ocupação. Já as reduções mais drásticas, naquele decênio, envolveram a mesorregião Nordeste — que era aquela em que os empregados ostentavam o maior peso relativo (75,0%) em 1991, caindo para a terceira posição em 2000, com 64,0% — e a Centro Ocidental, onde a proporção de assalariados recuou de 66,1% para 58,6% do total de ocupados.

Já na década seguinte, o emprego expandiu-se como parcela da ocupação em todas as mesorregiões

gaúchas. No agregado estadual, o assalariamento, como já foi dito, conquistou 5 pontos percentuais de participação. Olhando esse movimento por outro ângulo, das 999 mil ocupações surgidas no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2010, praticamente 90% (898,6 mil) se tratavam de vínculos de emprego. Em 2010, novamente a Metropolitana foi a mesorregião com maior proporção de assalariados em seu mercado de trabalho (73,5%), seguida da Nordeste (69,9%) e da Sudoeste (67,3%). Na última posição, reencontrava-se a região Noroeste (com 56,1%), que, no entanto, foi a mesorregião que teve o mais acentuado avanço relativo de sua taxa de assalariamento (uma variação de 19%, aproximadamente, no indicador). Por esse mesmo critério, o segundo destaque foi a região Centro Oriental, com cerca de 13% de aumento na razão dos empregados sobre o total de ocupados.

Um segundo elemento que permite qualificar as transformações que se processam no mercado de trabalho diz respeito ao grau de formalização das relações de trabalho, recortando-se, do universo de ocupados, apenas o conjunto de empregados, para verificar a proporção deles que se encontra coberta por vínculos legalizados. No Estado, esse percentual era de 74,5% em 1991; na década de 1990, além de não se elevar, apresentou pequeno recuo, chegando a 73,3% em 2000 (Tabela 6). Já no primeiro decênio deste século, recobrou fôlego e conquistou 5 pontos percentuais, atingindo 78,5% em 2010. Considerando-se as configurações regionais, registra-se que, nos três Censos, a mais alta formalização dos vínculos de emprego localizava-se na mesorregião Nordeste, seguida de perto por Metropolitana e Centro Oriental, que se alternam na segunda e terceira posições. Com os menores patamares, a região Noroeste destacou-se em 1991 e 2000, ao passo que, em 2010, o mais baixo valor se encontrava na mesorregião Sudeste. Na década de 90, quatro mesorregiões apresentaram retrocesso na proporção de empregos legalizados, movimento que foi mais acentuado na mais populosa dessas regiões, a Metropolitana, em que a taxa se retraiu de 79,2% para 75,4%. Já entre os dois últimos Censos, a formalização avançou em todos os espaços aqui considerados. Em termos relativos, o destaque foi, mais uma vez — como já havia sido registrado quanto ao assalariamento —, a região Noroeste, em que a taxa de formalização cresceu 12,4% (passando de 65,9% para 74,1%, o que a retirou da última colocação para uma posição intermediária entre as sete mesorregiões). A segunda maior variação relativa (7,7%) da taxa foi, justamente, a da região em que o emprego era mais formalizado ao longo de todo o período anali-

sado, a Nordeste. Os avanços relativos menos acentuados, sempre se considerando a última década, registraram-se nas mesorregiões Centro Oriental e Centro Ocidental.

Tabela 6

Participação de empregados formais no total de assalariados das mesorregiões e do Rio Grande do Sul — 1991, 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	1991	2000	2010
Noroeste	63,1	65,9	74,1
Nordeste	81,0	79,4	85,6
Centro Ocidental	65,7	71,4	73,8
Centro Oriental	78,9	77,7	80,1
Metropolitana	79,2	75,4	80,4
Sudoeste	67,0	67,5	71,5
Sudeste	71,1	68,5	71,3
RS	74,5	73,3	78,5

FONTE: IBGE (1991, 2013a, 2013b).

Em relação aos rendimentos médios mensais (Tabela 7), os valores observados nas sete mesorregiões não são especialmente discrepantes entre si. Em 2000, a média de rendimento ficou compreendida entre R\$ 831,20, na Noroeste, e R\$ 1.137,06, na Nordeste¹. Em 2000, a maior heterogeneidade interna a uma região, expressa no coeficiente de variação (CV), encontrava-se na mesorregião Sudeste, e a menor, na Sudoeste.

Entre 2000 e 2010, houve crescimento generalizado das médias regionais de rendimento, mas ele pode ser considerado bastante desigual, com percentuais que variaram de 3,2% na Sudoeste a 27,3% na Noroeste. Identificam-se quatro mesorregiões (Metropolitana, Centro Ocidental, Centro Oriental e Noroeste) em que a variação superou a do agregado estadual (10,1%), ao passo que, noutras duas, ela teve intensidade inferior à metade da observada no mercado de

trabalho gaúcho. Em 2010, a média do rendimento médio real ficou compreendida entre R\$ 944,31 na Sudeste e R\$ 1.228,10 na Nordeste. Destaque-se que, no último Censo, comparativamente ao de 2000, o valor dos CVs diminuiu, indicando que a simetria na tendência de elevação também se fez acompanhar de menor desigualdade interna às mesorregiões.

Tabela 7

Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, coeficiente de variação e variação do rendimento nas mesorregiões e no Rio Grande do Sul — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA DO RENDIMENTO (R\$) (1)		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO		VARIAÇÃO DO RENDIMENTO (%)
	2000	2010	2000	2010	
Centro Ocidental	872,15	1.010,63	0,26	0,23	15,9
Centro Oriental ..	885,95	1.050,37	0,26	0,21	18,6
Metropolitana	979,75	1.107,88	0,26	0,24	13,1
Noroeste	1.137,06	1.228,10	0,27	0,22	8,0
Noroeste	831,20	1.057,89	0,28	0,24	27,3
Sudeste	910,01	944,31	0,35	0,20	3,8
Sudoeste	961,62	991,93	0,18	0,15	3,2
RS	1.305,89	1.438,34	-	-	10,1

FONTE: IBGE (2013a, 2013b).

(1) Valores deflacionados pelo INPC para 31 de julho de 2010.

4 Agregação dos municípios de acordo com as distâncias em relação aos polos

Paralelamente às análises regionais que tomaram como base as mesorregiões do IBGE, mostrou-se interessante a análise do comportamento das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho a partir de outra abordagem, a saber, o agrupamento de municípios de acordo com suas distâncias relativamente aos principais centros do Rio Grande do Sul. Esses centros, ou municípios-polo, foram definidos a partir da aplicação conjunta de dois critérios: municípios que possuíam, em 2010, população maior que 50.000 habitantes e um PIB *per capita* superior ao do Rio Grande do Sul (R\$ 23.606,00), e municípios com mais de 100.000 habitantes, independentemente do PIB *per capita*. Chegou-se, assim, a um total de 23 polos (Tabela 8).

¹ Para as variáveis anteriormente analisadas, nesta seção os dados regionais foram gerados após a agregação dos municípios que compõem cada mesorregião, o que se associa a uma média ponderada. No caso do rendimento real, trabalhou-se, por limites operacionais, com médias **aritméticas** dos resultados, também médios, apurados para os municípios de cada mesorregião. O indicador para o Estado, diferentemente, refere-se ao agregado dos trabalhadores com rendimento no mercado de trabalho gaúcho. Isso permite compreender que nenhuma das regiões, isoladamente, atinja um rendimento médio igual ou superior ao do Estado, já que os pesos populacionais dos diferentes municípios são anulados no cálculo.

Até mesmo em função dessa especificidade, no tratamento desse indicador, optou-se por apresentar, nesse item, os coeficientes de variação (CVs), que indicam o grau de homogeneidade interna às regiões — quanto menor for o coeficiente, menor será a dispersão dos valores individuais (municipais, no caso).

Tabela 8

População e PIB *per capita* dos municípios-polo do RS — 2010

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PIB PER CAPITA (R\$)
Grupo 1		
Montenegro	59.415	30.267,29
Cruz Alta	62.821	27.185,08
Venâncio Aires	65.946	27.673,59
Lajeado	71.445	30.491,73
Esteio	80.755	31.683,01
Grupo 2		
Bento Gonçalves	107.278	29.352,58
Bagé	116.794	12.251,59
Cachoeirinha	118.278	36.888,25
Santa Cruz do Sul	118.374	40.671,53
Uruguaiana	125.435	21.084,19
Sapucaia do Sul	130.957	17.683,32
Passo Fundo	184.826	24.618,50
Alvorada	195.673	7.528,20
Rio Grande	197.228	39.228,07
São Leopoldo	214.087	19.259,49
Novo Hamburgo	238.940	12.875,46
Viamão	239.384	9.298,60
Gravataí	255.660	23.963,30
Santa Maria	261.031	38.270,15
Canoas	323.827	51.070,03
Pelotas	328.275	13.925,47
Caxias do Sul	435.564	36.034,46
Porto Alegre	1.409.351	30.524,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2013b).
FEE (2013).

É importante ressaltar que os municípios definidos como polos neste trabalho não coincidem, necessariamente, com os núcleos centrais hierarquizados tradicionalmente, analisados sob a ideia de rede, uma vez que consideram basicamente a dimensão populacional. As teorias de rede, em especial da rede urbana, que se baseiam, na sua maioria, na teoria dos lugares centrais, proposta por Walter Christaller em 1966, consideram que os núcleos urbanos apresentam uma hierarquia funcional, relacionada à quantidade, à qualidade e à variedade dos bens e serviços ofertados. Embora não seja uma regra, de maneira geral, os núcleos com maior centralidade, ou seja, os que possuem maior hierarquia na rede, correspondem àqueles de maior concentração populacional, uma vez que a tendência é de que municípios maiores em população tenham maior potencial de oferta de bens e serviços, possibilidades de emprego, dentre outras características. Outra diferença entre as definições conceituais tradicionais e a utilizada aqui se relaciona à abrangência territorial dos polos, uma vez que a ideia de centralidade está mais diretamente associada às áreas urbanas, e, para este trabalho, foi considerado o município

como um todo, não havendo distinção entre área urbana e rural. Assim, deve-se ressaltar que uma análise mais acurada se faz necessária para confirmar (ou não) esses municípios-polo como centralidades na rede estadual e/ou para replicar o exercício metodológico aqui esboçado a partir de outro elenco de cidades-referência.

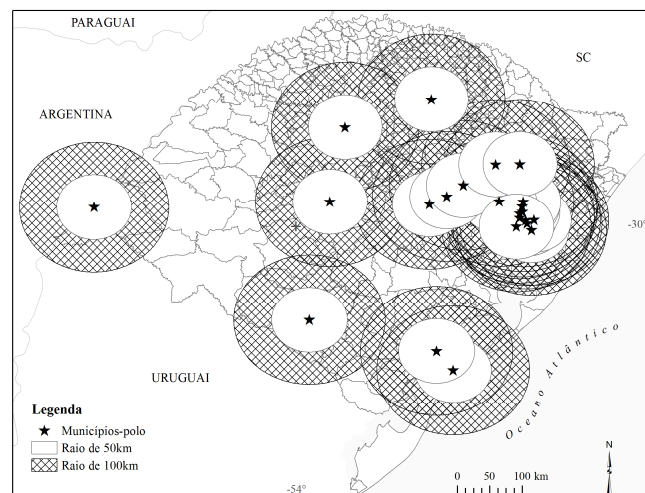
Após a definição dos municípios considerados centrais, os demais foram agregados de acordo com suas distâncias com relação a esses polos, levando-se em consideração a viabilidade dos movimentos pendulares das pessoas residentes fora dos polos, para trabalhar nesses locais, bem como os efeitos de “transbordamento” ou aglomeração dos centros para seu entorno. Para isso, arbitraram-se e cotejaram-se duas situações distintas. A primeira considera um raio de 50km, que, entre outros aspectos, seria uma distância exequível em um movimento pendular diário; e a segunda, um raio de 100km, compatível com um movimento pendular semanal.

A partir disso, foram criados dois cenários de análise, com três grupos de municípios cada:

- Cenário 1 - municípios-polo, municípios distantes até 50km e municípios com distâncias superiores a 50km;
- Cenário 2 - municípios-polo, municípios distantes até 100km e municípios com distâncias superiores a 100km (Mapa 2).

Mapa 2

Municípios-polo e seus raios de distância de 50km e 100km no Rio Grande do Sul — 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2013).

Em termos populacionais, os municípios-polo concentram, como poderia ser esperado, maior contingente (5.341.344 habitantes), o qual corresponde a

49,95% do total do Estado. No Cenário 1, o grupo de municípios localizados a uma distância superior a 50km concentra uma população maior do que aqueles mais próximos dos polos, com 29,43% contra 20,62%. Já no Cenário 2, o grupo dos municípios mais próximos dos polos possui maior peso demográfico, 38,30%, contra 11,75% nos municípios com distâncias superiores a 100km. Se se considerar, no entanto, a média populacional dos municípios de cada um dos grupos analisados, os polos apresentam o maior valor (232.232 habitantes), seguidos dos municípios mais próximos (12.320 habitantes, no Cenário 1; 11.570 habitantes, no Cenário 2), e, por fim, com a menor média populacional, dos mais distantes (10.705 habitantes e 10.561 habitantes respectivamente). Assim, pode-se dizer que, nas proximidades dos polos, há maior probabilidade de municípios de porte médio do que nas regiões mais afastadas.

Acompanhando a distribuição populacional, a PEA gaúcha encontra sua maior concentração nos polos (48,87%), seguindo-se, no Cenário 1, o grupo de municípios mais distantes (29,16%) e o dos mais próximos (21,97%), ao contrário do cenário 2, onde os mais próximos concentram 39,57%, e os mais distantes, 11,56%.

Para além desse olhar sobre a distribuição demográfica segundo os grupos desenhados para a análise, é interessante observar o comportamento de algumas variáveis do mercado de trabalho no interior de cada um deles, sempre com base no Censo de 2010. A taxa de participação (PEA em relação à PIA) apresentava seu menor patamar nos polos (61,11%), seguindo-se os municípios mais próximos, tanto no Cenário 1 como no Cenário 2, com taxas de 66,27% e 64,40% respectivamente. Já no grupo dos municípios mais afastados, esse indicador ficava em 61,80% e 61,18%.

A taxa de desocupação é mais elevada nos polos, 5,94%, seguida dos municípios mais distantes, em ambos os cenários, com taxas de 4,29% e 4,38%, respectivamente, ficando os resultados mais favoráveis nas cidades “polarizadas” (3,42% para as localizadas até 50km, e 3,78%, até 100km). Uma hipótese para a desocupação ser maior nos polos é a quantidade de pessoas que migram para esses municípios em busca de emprego e melhores condições de vida e acabam saturando o mercado de trabalho local, gerando um excedente de mão de obra. Já nos municípios mais distantes, uma possível explicação para as taxas de desocupação serem superiores às dos municípios mais próximos é justamente o fato de possuírem menor potencial de criação de postos de trabalho.

Em relação ao grau de formalização do emprego, ou seja, a proporção, entre os assalariados, dos que possuem registro formal, as maiores taxas são encontradas nos polos (81,96%). Nos dois cenários analisados, o grupo dos municípios mais próximos aos polos apresentaram taxas intermediárias, com 79,65%, nos municípios no raio de 50km, e 75,96%, no raio de 100km. Por último, os mais distantes, com 69,78% e 68,70% respectivamente. A mesma tendência é apresentada quando se analisa o grau de assalariamento, ou seja, a proporção de empregados sobre o total de ocupados. Os polos apresentaram uma taxa de 74,25%, o grupo dos municípios mais próximos, em ambos os cenários, teve taxas de 65,86% e 61,34%, e os mais distantes, 55,33% e 54,82%.

Estes dois últimos indicadores são bastante expressivos daquela que pode ser considerada uma linha geral sugerida pelo exercício aqui esboçado: os municípios com distâncias menores em relação aos polos, nos dois cenários estabelecidos, tendem a apresentar comportamento mais favorável das variáveis relativas ao mercado de trabalho do que os municípios mais distantes e, em alguns casos, superam qualitativamente as localidades centrais, como no caso da taxa de desocupação. Diversos fatores podem confluir para configurar esse resultado, merecendo estudos mais detidos e aprofundados, mas pode-se preliminarmente considerar, por exemplo, que municípios mais próximos podem ter acesso ao mercado de trabalho dos polos — que, em geral, é mais bem estruturado e com maior variedade de fontes de dinamismo —, bem como às oportunidades de prestação de serviço e engajamento em cadeias produtivas desses centros, ao mesmo tempo em que sofrem, com menos intensidade, efeitos adversos como os das chamadas deseconomias de aglomeração. Além disso, a maior incidência de municípios de porte médio nesse raio mais próximo aos polos pode contribuir para que esse grupo tenha mais condições de ofertar para sua população possibilidades “endógenas” de ocupação e de renda.

5 Considerações finais

Em consonância com os resultados obtidos em estudos anteriores, esse novo exercício de regionalização do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, desta vez baseado nas mesorregiões instituídas pelo IBGE, evidencia uma marcante heterogeneidade estrutural ao longo do território gaúcho. Alguns indicadores mais clássicos e sintéticos, como a taxa de desocupação, o percentual de assalariados sobre o total de ocu-

pados ou dos vínculos formais no universo desses últimos, carregam, ainda, uma dispersão considerável.

Do ponto de vista da evolução recente dos indicadores analisados, duas considerações merecem destaque. Em primeiro lugar, um dos aspectos seguramente mais relevantes envolve a dinâmica demográfica do território. Regiões do nordeste do Rio Grande do Sul concentram parcelas crescentes da população estadual, ao passo que mesorregiões do oeste e do sul do território gaúcho passam a apresentar diminuição absoluta em seu número de habitantes. De forma generalizada, assinala-se uma elevação da parcela da população total que se encontra em idade ativa — uma manifestação da transição demográfica que se processa aceleradamente.

Um segundo aspecto que merece ser enfatizado é a tendência — regionalmente diferenciada em intensidade, mas generalizada dentre as mesorregiões — de melhoria das condições gerais do mercado de trabalho, no período 2000-10. Queda nas taxas de desocupação, elevação dos rendimentos reais, aumento do assalariamento e da formalização dos vínculos de emprego foram fenômenos amplamente verificáveis, indicando o mesmo sinal de mudança que, para o contexto metropolitano, foi bem caracterizado como “[...] a retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho” (Bastos, 2013).

Em relação às agregações dos municípios a partir de suas distâncias em relação aos polos, alguns resultados podem ser destacados. Os municípios-polo apresentam um contingente populacional bastante superior ao dos demais municípios, tanto no agregado como na média populacional. Os municípios mais próximos dos polos apresentam uma média populacional maior do que os mais distantes. São esses municípios médios que apresentam mais altas taxas de participação da PIA no mercado de trabalho e as menores taxas de desocupação, em ambos os cenários apresentados no artigo. Ostentam, ainda, a segunda posição, logo após os polos, quando se trata do percentual de assalariamento sobre o total de ocupados e da formalização dos vínculos de emprego, sinalizando que o mercado de trabalho desses locais é mais bem estruturado do que naqueles municípios que se localizam a distâncias maiores em relação aos polos.

Ainda que de uma forma exploratória, os exercícios analíticos aqui empreendidos abrem uma série de possibilidades de aprofundamento e extensão, apostando na avaliação crítica e no aprimoramento das alternativas de regionalização do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, na exploração de outras formas de problematização da dimensão espacial, aqui represen-

tadas pelo tratamento das distâncias, que não se limitam à subdivisão do território físico.

Referências

BASTOS, R. L. A. (Coord.). **A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI**. Porto Alegre: FEE, 2013.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKR, E. N. Sentos e dissensos: As inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 29-49, jul./dez. 2003. Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/download/15505/8868>. Acesso em: 29 out. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **PIB municipal: Série Histórica 1999-2011**. 2013. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php>. Acesso em 10. out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base cartográfica: Geociências**. 2013. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm> Acesso em 10. out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. [S.l.]: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. 2013a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2013b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

LIMA, M. H. P. (Org.). **Divisão Territorial Brasileira**. [S.l.]: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

PESSOA, M. L.; XAVIER SOBRINHO, G. G. F. **Evolução do mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul (2000-2010)**. Porto Alegre: FEE, 2012. (Textos para Discussão, n. 110). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/110.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. *et al.* Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLI-GENSPAN, F. B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 248-316.

